

ativa estruturas

AO SETOR DE LICITAÇÕES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE TURISMO DO MUNICÍPIO DE MARICÁ/RJ

Ref.: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2024

Processo Administrativo nº 22417/2024

ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA, com sede na Avenida Julia Kubitschek, nº 39, Sala 301, Cobertura, Edifício Riviera, Centro, Cabo Frio, RJ, CEP 28.905000, inscrita no CNPJ: 09.654.965/0001-72, neste ato representada pelo seu representante legal Sr. **ANDERSON BRAGANÇA DOS SANTOS**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da carteira de Identidade nº 10023561-3, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF sob o nº 071.917.707-32, vem, respeitosamente, a presença de Vossa Excelência, apresentar

IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Em epígrafe, nos termos do artigo 164, da lei 14.133 e com fundamento no artigo 5º da lei 14.133/21 c/c Artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal, Súmula 247 do TCU e pelos motivos abaixo expostos

DOS MOTIVOS PARA IMPUGNAÇÃO

O Município de Maricá publicou edital nº 41/2024, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em *“locação de estrutura, iluminação, decoração e ornamentação temáticas, montagem e desmontagem através de suporte técnico operacional, fornecimento de infraestrutura e apoio logístico, para o 7º NATAL ILUMINADO DE MARICÁ”*, pelo critério de julgamento menor preço por lote e **adjudicação global**.

Ativa Comércio e Estruturas Ltda CNPJ

09.654.965/0001-72

End: Avenida Julia Kubitschek, nº 39, Sala 301, Cobertura, Edifício Riviera, Centro, Cabo Frio, RJ, CEP 28.905-000

Tel.: (22) 99922-7013 – (21) 99744-7013 / e-mail: ativaestruturas@gmail.com

ativa estruturas

Ocorre que os objetos deste edital são totalmente divisíveis, sendo o critério de adjudicação totalmente prejudicial ao princípio da competitividade e igualdade e aos demais licitantes que queiram adentrar nesta concorrência para prestar com excelência os serviços demandados pela Administração pública.

Destaca ainda que uma das exigências do edital é a prova de que os licitantes possuam em seu quadro técnico engenheiro elétrico/eletrônico, sem considerar a presença do engenheiro industrial eletrotécnico, que, de acordo com a Resolução do CONFEA/RJ possui competência para assumir a responsabilidade pelos serviços pretendidos pela administração.

Solicitar aos concorrentes um profissional com especialidades além do necessário ao objeto licitado compromete a equidade e justa concorrência entre os licitantes, cria barreiras desnecessárias que tão somente dificultam o interesse de empresas em disputar o objeto, sendo a ausência de concorrentes totalmente prejudicial aos interesses da administração.

DA OPOSIÇÃO A ADJUDICAÇÃO GLOBAL E PRINCÍPIOS LEGAIS.

Conforme narrado nos motivos acima, a Administração pública torna excessivamente dificultosa a participação de demais licitantes que podem prestar serviços de maneira divisível, levando em conta a expertise e qualidade nos serviços se fossem divisíveis por itens, além do mais, vantajoso em economicidade para Administração Pública que terá a possibilidade de escolher entre os melhores fornecedores em qualidade e técnica e em preços mais acessíveis.

Quando um edital de licitação reúne, em uma única contratação, serviços e produtos de natureza diversa e complexidade variável, **isso traz implicações às concorrentes e compromete princípios como isonomia, igualdade entre os licitantes, ampla competitividade e vinculação do edital a lei**

Ativa Comércio e Estruturas Ltda CNPJ

09.654.965/0001-72

End: Avenida Julia Kubitschek, nº 39, Sala 301, Cobertura, Edifício Riviera, Centro, Cabo Frio, RJ, CEP 28.905-000

Tel.: (22) 99922-7013 – (21) 99744-7013 / e-mail: ativaestruturas@gmail.com

ativa estruturas

14.133/21, Muitas vezes, esses problemas justificam a divisão dos serviços em itens, o que facilita a participação de empresas especializadas e promove uma disputa mais equilibrada e vantajosa para a administração pública.

O princípio da igualdade, consagrado no **artigo 37, inciso XXI** da Constituição Federal e reforçado pela Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), **garante que todos os concorrentes tenham condições equitativas de participação. Quando a demanda edital, em um único pacote, desde serviços básicos até outros altamente especializados, ele tende a beneficiar grandes empresas com capacidade de atender todos os itens, em detrimento de pequenas e médias empresas, que podem possuir expertise em apenas uma parte dos serviços, fazendo** que as empresas com capacidades diferentes sejam forçadas a competir, com critérios não equitativos, mas sim igualitários, o que torna injusta a competição.

Essa unificação beneficia apenas um número reduzido de empresas com capacidade para fornecer o conjunto completo, afastando outras que poderiam oferecer condições mais vantajosas. No final, essa prática acaba prejudicando a concorrência na licitação

Ao seguir o que está previsto no edital, acabam sendo frustrados e violados os principais princípios previstos na Lei 14.133/2021: **igualdade, competitividade, vinculação ao edital, razoabilidade e proporcionalidade.**

É fundamental ressaltar que quanto maior a competitividade e a possibilidade de participação de diversas empresas, mais se promove o Princípio Constitucional da Eficiência, o qual deve ser assegurado pela Administração Pública.

Ativa Comércio e Estruturas Ltda CNPJ

09.654.965/0001-72

End: Avenida Julia Kubitschek, nº 39, Sala 301, Cobertura, Edifício Riviera, Centro, Cabo Frio, RJ, CEP 28.905-000

Tel.: (22) 99922-7013 – (21) 99744-7013 / e-mail: ativaestruturas@gmail.com

ativa estruturas

A presença de várias empresas no processo licitatório tende a resultar em melhores condições para vencer o certame, **seja por meio de preços reduzidos, prazos de execução mais curtos ou condições de pagamento mais atrativas.**

Essa competitividade impede a formação de monopólios e cria uma dinâmica de mercado favorável ao setor público, garantindo que o contrato seja firmado em condições vantajosas.

Insta destacar a **Sumula 247 do TCU:**

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.”

A adoção de uma adjudicação global neste edital, ainda que haja divisão de itens no objeto contratual, apresenta falhas que comprometem o atendimento aos Princípios Fundamentais da Administração Pública.

Isso ocorre porque a adjudicação global limita o acesso de concorrentes que poderiam atender a serviços específicos previstos no edital, restringindo a competitividade e a ampla participação de empresas comprometidas.

Essa abordagem se distancia dos princípios de igualdade, competitividade, razoabilidade e proporcionalidade. A adjudicação global, ao restringir a

Ativa Comércio e Estruturas Ltda CNPJ

09.654.965/0001-72

End: Avenida Julia Kubitschek, nº 39, Sala 301, Cobertura, Edifício Riviera, Centro, Cabo Frio, RJ, CEP 28.905-000

Tel.: (22) 99922-7013 – (21) 99744-7013 / e-mail: ativaestruturas@gmail.com

ativa estruturas

participação de outros licitantes, **dificulta a oferta de propostas vantajosas e soluções especializadas para determinados serviços que poderiam ser atendidos por profissionais com expertise, concentrando os serviços em um único fornecedor** e prejudicando uma avaliação mais abrangente de custo-benefício.

Conforme evidenciado em julgados, verifica-se clara a violação da **Súmula 247**, pois os **itens especificados no edital possuem natureza divisível**, e essa característica cria barreiras injustificadas para a participação de empresas que poderiam executar partes específicas do objeto licitado. Isso, por sua vez, representa um obstáculo significativo para a competitividade e contraria os princípios legais que orientam as contratações públicas

DA PLENA POSSIBILIDADE DE ADJUDICAÇÃO POR ITENS DIVISIBILIDADE POR ITENS EM EVENTOS NATALINOS

Observando o referido edital, constata-se a plena possibilidade da adjudicação por itens, visto que existem diversos objetos distintos com complexidades e valores discrepantes uns dos outros. Essa separação permitiria uma maior concorrência, viabilizando a participação de empresas especializadas em partes específicas do objeto, em vez de concentrar a contratação em uma única adjudicação global.

A Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 40, § 2º, inciso da lei 14.133/2021 manteve a divisibilidade de objetos em lotes quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a administração, vejamos:

Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:

Ativa Comércio e Estruturas Ltda CNPJ

09.654.965/0001-72

End: Avenida Julia Kubitschek, nº 39, Sala 301, Cobertura, Edifício Riviera, Centro, Cabo Frio, RJ, CEP 28.905-000

Tel.: (22) 99922-7013 – (21) 99744-7013 / e-mail: ativaestruturas@gmail.com

ativa estruturas

§ 2º Na aplicação do princípio do parcelamento, referente às compras, deverão ser considerados:

I - a viabilidade da **divisão do objeto em lotes**;

A adjudicação por itens é fundamental para o processo licitatório pois busca expandir a competitividade de modo que mais empresas tenham condições de vencer lotes e disponham de seus serviços e produtos em favor da administração, que em contrapartida, por ter mais licitantes interessados em concorrer ao certame, é contemplada com propostas mais vantajosas aos seus interesses.

Essa fragmentação atende também aos princípios de isonomia, competitividade, proporcionalidade e razoabilidade, previstos nos artigos 5º da referida lei, e permite uma participação mais ampla, evitando as limitações de concorrência aptos a fornecer apenas determinados serviços.

Nesse sentido, claro o entendimento da Jurisprudência quanto a divisibilidade de objetos de decoração natalina, vejamos:

DENÚNCIA. PREGÃO PRESENCIAL. REGISTRO DE PREÇOS. SERVIÇOS DE MODERNIZAÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA, ILUMINAÇÃO ORNAMENTAL EM PRAÇAS, JARDINS, CAMPO, QUADRA DE FUTEBOL E NATAL. NÃO DIVULGAÇÃO DA ÍNTEGRA DO EDITAL EM SÍTIO ELETRÔNICO OFICIAL DO MUNICÍPIO. PUBLICIDADE E TRANSPARÊNCIA. EXCEÇÃO CONSTANTE DA LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO. **PARCELAMENTO DO OBJETO. CAPACIDADE TÉCNICA. PARCELAS DE MAIOR RELEVÂNCIA.** EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DESCARTE ECOLOGICAMENTE CORRETO DE MATERIAIS PARA FINS DE HABILITAÇÃO. MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. TRATAMENTO DIFERENCIADO. REABERTURA DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS. AUSÊNCIA DO

Ativa Comércio e Estruturas Ltda CNPJ

09.654.965/0001-72

End: Avenida Julia Kubitschek, nº 39, Sala 301, Cobertura, Edifício Riviera, Centro, Cabo Frio, RJ, CEP 28.905-000

Tel.: (22) 99922-7013 – (21) 99744-7013 / e-mail: ativaestruturas@gmail.com

ativa estruturas

ADEQUADO PLANEJAMENTO E ESTIMATIVA DO VOLUME DA CONTRATAÇÃO. **PROCEDÊNCIA PARCIAL. MULTA. RECOMENDAÇÕES.** (...)

Diante do exposto, proponho que seja julgada parcialmente procedente a denúncia apresentada em face do Processo Licitatório 33/2021, Pregão Presencial 13/2021, promovido pelo Município de Catuji, tendo em vista a **ocorrência das seguintes irregularidades: adoção do tipo de licitação “menor preço global” e ausência de parcelamento do objeto (item II.2 da fundamentação); e ausência de planejamento adequado para a realização do certame (item II.7 da fundamentação).** Ainda, proponho que seja aplicada, nos termos do art. 85, II, da Lei Orgânica, multa no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) à Sra. Rafaela Silva Santos, enquanto autoridade requisitante do objeto licitado e subscritora do termo de referência, pela ausência de planejamento adequado para a realização do certame (item II.7 da fundamentação).

Ao observar os itens listados no edital, nota-se uma disparidade significativa tanto nos valores quanto na complexidade dos serviços e bens a serem contratados.

Existem itens com valores relativamente baixos, acessíveis a diversas empresas, **ao lado de itens de alto custo, que exigem maior estrutura financeira e operacional para seu fornecimento.** Além disso, há uma grande variação na complexidade técnica: alguns itens são de execução simples e rotineira, enquanto outros possuem conhecimentos especializados, mão de obra desenvolvida e equipamento, o que é expressamente vedado em nosso ordenamento jurídico.

Conforme demonstrado, é evidente a disparidade significativa quanto a **COMPLEXIDADE** dos serviços e itens envolvidos, o que justifica, logicamente

Ativa Comércio e Estruturas Ltda CNPJ

09.654.965/0001-72

End: Avenida Julia Kubitschek, nº 39, Sala 301, Cobertura, Edifício Riviera, Centro, Cabo Frio, RJ, CEP 28.905-000

Tel.: (22) 99922-7013 – (21) 99744-7013 / e-mail: ativaestruturas@gmail.com

ativa estruturas

e tecnicamente, a **necessidade de ADJUDICAÇÃO POR ITENS**. Essa modalidade irá permitir uma divisão justa e prática do objeto licitado, além de favorecer uma maior participação de empresas especializadas, prezando pela concorrência mais saudável para a Administração Pública.

A adjudicação por item promove a ampliação da concorrência resultando em preços mais competitivos e vantajosos para a Administração pública. **Assim cada empresa poderá fornecer serviços de sua expertise, contribuindo para o processo licitatório se tornar mais eficiente, diferindo da adjudicação global prevista neste edital que restringe a competitividade, concentrando contratos a um número restrito de grandes empresas, inflando preços e impedindo as demais de competir.**

Esse modelo de contratação inviabiliza participação de pequenas empresas, desrespeitando os princípios de igualdade, competitividade que são essenciais para a justiça e gera eficiência nas contratações públicas. Além disso, contraria as exigências constitucionais de promover uma concorrência justa e isonômica.

DA OFENSA AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS E DA ADMINISTRAÇÃO

Ao avaliar o edital, tratando-se de licitação com itens de naturezas, valores e complexidade distintas, tendo como critério a adjudicação global, este DESRESPEITA os princípios da razoabilidade, proporcionalidade, concorrência e igualdade, princípios estes que garantem uma contratação mais justa, eficiente e vantajosa à Administração.

Da razoabilidade: princípio que exige que as decisões administrativas sejam SENSATAS e EQUILIBRADAS, deve se levar em conta a especificidade de

Ativa Comércio e Estruturas Ltda CNPJ

09.654.965/0001-72

End: Avenida Julia Kubitschek, nº 39, Sala 301, Cobertura, Edifício Riviera, Centro, Cabo Frio, RJ, CEP 28.905-000

Tel.: (22) 99922-7013 – (21) 99744-7013 / e-mail: ativaestruturas@gmail.com

ativa estruturas

cada situação. Princípio este ferido pelo vício contido no edital, razão pela qual exige-se que a administração opte por um recrutamento mais justo para alinhar com à capacidade dos demais concorrentes.

Da Proporcionalidade: Princípio este que exige que as medidas adotadas pela administração sejam as mais adequadas possíveis ao objetivo pretendido, **não gerando restrições desnecessárias ou excessivas**. A adoção do critério adjudicatório global exige que uma única empresa forneça todos os itens, **criando, assim uma barreira excessivamente alta** para a participação de empresas de menor porte ou especializadas em itens específicos. **O correto seria cada empresa concorrer por itens pelos quais são equitativos a sua capacidade operacional e financeira, promovendo uma contratação JUSTA.**

Da Concorrência: Princípio que garante que os processos licitatórios venham atender e favorecer a competição entre os participantes. Mais uma vez, **tal critério adjudicatório global fere o referido princípio, pois RESTRINGE A CONCORRÊNCIA.**

Se ao contrário, o edital dividisse a adjudicação por item, permitiria que demais empresas concorressem e com PREÇOS MAIS COMPETITIVOS, com CONDIÇÕES MAIS VANTAJOSAS à Administração Pública.

Ora, como uma pequena empresa poderia concorrer em uma adjudicação global que contém itens de baixo valor, como iluminações de led e ao mesmo tempo itens de árvore de natal, que possuem valor mais elevado? Não há competição justa neste edital, desrespeitando totalmente o referido PRINCÍPIO DA CONCORRÊNCIA.

Princípio da Igualdade: Princípio que visa garantir que todos os concorrentes tenham condições JUSTAS de participação do certame. **Importante mencionar que tal princípio, visa garantir a igualdade justa (EQUIDADE) a**

Ativa Comércio e Estruturas Ltda CNPJ

09.654.965/0001-72

End: Avenida Julia Kubitschek, nº 39, Sala 301, Cobertura, Edifício Riviera, Centro, Cabo Frio, RJ, CEP 28.905-000

Tel.: (22) 99922-7013 – (21) 99744-7013 / e-mail: ativaestruturas@gmail.com

ativa estruturas

qual reconhece que é necessário ajustar tal desequilíbrio, promovendo um tratamento justo a depender da necessidade de cada um (“**devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais na medida de sua desigualdade**”). Por conta disso, deve-se levar em conta a **DISPARIDADE** dos itens contidos no edital. É **DEVER** da Administração Pública **criar um ambiente ISONÔMICO**, onde haja um critério justo de julgamento. Tal Adjudicação global, beneficia empresas de grande porte, que tem a capacidade de atender um pacote completo, entretanto, isso prejudica pequenas empresas e também infla os preços da execução dos serviços, uma vez que diminui a possibilidade de outras empresas concorrerem.

Vinculação ao edital: os licitantes estão vinculados ao edital, que por sua vez deve ser vinculado à Lei 14.133/2021, de modo que é imperioso seguir os critérios de divisibilidade elencados no artigo 40, §2º, inciso I da Lei de licitações, que, conforme amplamente debatido, estimula a concorrência, garantindo a administração pública seja beneficiada por proposta economicamente mais vantajosa.

Tais princípios **DEVEM SER APLICADOS** a uma licitação com itens distintos em COMPLEXIDADE E VALORES, conforme sumula 247, vez que o objeto é **PLENAMENTE DÍVISIVEL**. Tal situação sustenta a necessidade de adjudicação por itens, pois garantem um processo equitativo, justo, acessível e vantajoso para todos os envolvidos.

EXIGÊNCIA TÉCNICA EXACERBADA

Outro ponto controverso no edital é que o Sr. Pregoeiro está exigindo que os profissionais engenheiros apresentem certidão de acervo técnico (CAT), de modo que o entendimento do TCE/RJ é uníssono no sentido de não permitir tal

Ativa Comércio e Estruturas Ltda CNPJ

09.654.965/0001-72

End: Avenida Julia Kubitschek, nº 39, Sala 301, Cobertura, Edifício Riviera, Centro, Cabo Frio, RJ, CEP 28.905-000

Tel.: (22) 99922-7013 – (21) 99744-7013 / e-mail: ativaestruturas@gmail.com

ativa estruturas

exigência, sob risco de prejudicar os licitantes, tendo em vista a permissão de atestados de capacidade técnica para comprovar a qualificação técnica dos licitantes.

Convém ressaltar que, com base no artigo 3º da Resolução 1137/23 do CONFEA, a apresentação de Anotação de Responsabilidade Técnica é documento capaz de comprovar a aptidão técnica tanto dos profissionais, quanto da empresa em comprovar a sua capacidade em dispor dos serviços pretendidos pela administração, o que torna desnecessária a exigência de Certidão de Acervo Técnico (CAT), documentos muito além dos interesses que envolvem o objeto licitado.

Portanto, para que exista a possibilidade de justa concorrência entre os licitante e que a todos seja assegurado condições de igualdade na disputa, é necessário o afastamento da exigência de CAT no presente certame, visto que o documento pode ser substituído por apresentação de ART ou RRT, sem qualquer prejuízo ao processo licitatório.

As exigências do certame não tratam os concorrentes com isonomia, o que fere os princípios do artigo 5º da lei 14.133/21 que permeiam um processo de licitação

Além disso, não existe razoabilidade e proporcionalidade no edital em análise, pelo **excesso de formalismo e por afastar a concorrência de empresas**, já que a exigência de profissional engenheiro elétrico/eletricista está muito além das necessidades da administração.

Isso porque, assim dispõe o artigo 13 da Resolução 1.129/20 do CONFEA:

Art. 13. Compete ao engenheiro industrial – eletrotécnica as atribuições previstas **no art. 7º da Lei nº 5.194, de 1966, combinadas com as atividades 01 a 18 do art. 5º, § 1º, da Resolução nº 1.073, de 19 de abril de 2016**, referentes a geração, transmissão, distribuição e utilização da energia elétrica; equipamentos, materiais e máquinas elétricas;

Ativa Comércio e Estruturas Ltda CNPJ

09.654.965/0001-72

End: Avenida Julia Kubitschek, nº 39, Sala 301, Cobertura, Edifício Riviera, Centro, Cabo Frio, RJ, CEP 28.905-000

Tel.: (22) 99922-7013 – (21) 99744-7013 / e-mail: ativaestruturas@gmail.com

ativa estruturas

sistemas de medição e controle elétricos; seus serviços afins e correlatos.

Analizando as Resoluções acima destacadas, não pairam dúvidas quanto a competência do engenheiro industrial eletrotécnico em assumir as responsabilidades atribuídas pela equipe do processo licitatório aos profissionais com especialização elétrica/eletrônica.

Apenas em prol do debate, em anexo, lista de atividades que, com base no artigo 5º, § 1º da Resolução 1.073/16 do CONFEA, são de competência do engenheiro industrial eletrotécnico:

Atividade 01 - Gestão, supervisão, coordenação, orientação técnica.

Atividade 02 - Coleta de dados, estudo, planejamento, anteprojeto, projeto, detalhamento, dimensionamento e especificação.

Atividade 03 - Estudo de viabilidade técnico-econômica e ambiental.

Atividade 04 - Assistência, assessoria, consultoria.

Atividade 05 - Direção de obra ou serviço técnico.

Atividade 06 - Vistoria, perícia, inspeção, avaliação, monitoramento, laudo, parecer técnico, auditoria, arbitragem.

Atividade 07 - Desempenho de cargo ou função técnica.

Atividade 08 - Treinamento, ensino, pesquisa, desenvolvimento, análise, experimentação, ensaio, divulgação técnica, extensão.

Atividade 09 - Elaboração de orçamento.

Atividade 10 - Padronização, mensuração, controle de qualidade.

Atividade 11 - Execução de obra ou serviço técnico.

Atividade 12 - Fiscalização de obra ou serviço técnico.

Atividade 13 - Produção técnica e especializada.

Atividade 14 - Condução de serviço técnico.

Atividade 15 - Condução de equipe de produção, fabricação, instalação, montagem, operação, reforma, restauração, reparo ou manutenção.

Atividade 16 - Execução de produção, fabricação, instalação, montagem, operação, reforma, restauração, reparo ou manutenção.

Atividade 17 - Operação, manutenção de equipamento ou instalação.

Atividade 18 - Execução de desenho técnico.

Logo, para que exista condições igualitárias no processo em comento, é imperioso que a autoridade coatora retifique o item E.1.1, para incluir a apresentação de engenheiro industrial eletrotécnico como responsável técnico da empresa, uma vez que, como amplamente debatido e comprovado, o profissional em comento possui aptidão técnica para assumir a responsabilidade dos serviços pretendidos pela administração.

É dever da administração promover a competitividade e elaborar edital vinculado a lei 14.133/21 e Constituição Federal e por isso o edital precisa ser revisto para sua adequação, de modo **que possibilite aos participantes a** Ativa Comércio e Estruturas Ltda CNPJ

09.654.965/0001-72

End: Avenida Julia Kubitschek, nº 39, Sala 301, Cobertura, Edifício Riviera, Centro, Cabo Frio, RJ, CEP 28.905-000

Tel.: (22) 99922-7013 – (21) 99744-7013 / e-mail: ativaestruturas@gmail.com

ativa estruturas

apresentação de atestados de capacidade técnica que é documento competente para demonstrar a aptidão técnica.

O processo de licitação precisa apresentar condições iguais aos concorrentes e de acordo com a norma do artigo 37, XXI da CRFB/88:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Não pode o Sr. Pregoeiro exigir emissão de CAT para os serviços que busca contratar já que essa exigência acaba por prejudicar a competição no processo de licitação pelo excesso de formalidade para esse tipo de serviço.

Assim, os vícios apontados devem ser sanados a fim de garantir a justa competitividade, para que se promova a concorrência e que não tenha um formalismo em excesso, ignorando os princípios da administração.

A manutenção das exigências exacerbadas previstas em edital acaba limitando as empresas concorrentes, o que fere o princípio de competitividade e igualdade entre as licitantes, o que viola o artigo 11, V da lei 8.429/92

Ativa Comércio e Estruturas Ltda CNPJ

09.654.965/0001-72

End: Avenida Julia Kubitschek, nº 39, Sala 301, Cobertura, Edifício Riviera, Centro, Cabo Frio, RJ, CEP 28.905-000

Tel.: (22) 99922-7013 – (21) 99744-7013 / e-mail: ativaestruturas@gmail.com

ativa estruturas

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:

V - frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter concorrencial de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício próprio, direto ou indireto, ou de terceiros;

Estas exigências se mostram, mais uma vez, como exigências exacerbadas por parte da Administração Pública, de modo a tornar penosa a participação de empresas variadas do ramo de eventos, o que se vai de encontro ao entendimento do TCE/RJ.

Diante de tantas irregularidades, não pode o processo licitatório seguir adiante sem nova análise do Sr. Pregoeiro, para que os equívocos indicados no certame sejam resolvidos e o processo licitatório não venha a sofrer com nulidades futuras.

DO PEDIDO

Por todo exposto, requer:

A) Requer o acolhimento desta impugnação **alterando seu critério de adjudicação global por adjudicação por itens**, visto que há a notória **divisibilidade do objeto**, assim como constado no edital indicando a divisibilidade por itens, a fim de que o processo licitatório ocorra com equidade, atendendo os princípios da Administração Pública.

Ativa Comércio e Estruturas Ltda CNPJ

09.654.965/0001-72

End: Avenida Julia Kubitschek, nº 39, Sala 301, Cobertura, Edifício Riviera, Centro, Cabo Frio, RJ, CEP 28.905-000

Tel.: (22) 99922-7013 – (21) 99744-7013 / e-mail: ativaestruturas@gmail.com

ativa estruturas

- B) Caso não haja tempo hábil para as devidas alterações, seja remarcado o pregão, a fim de que não haja prejuízo para os licitantes
- C) Seja desconsiderada a exigência de Certidão de Acervo Técnico (CAT) para a presente licitação, **tendo em vista a capacidade do atestado de capacidade técnica e a ART são instrumentos capazes de comprovar a aptidão dos licitantes;**
- D) No item E.1.1, seja incluído o profissional engenheiro industrial eletrotécnico, uma vez que possui competência para assumir as responsabilidades pelos serviços pretendidos pela administração neste certame.
- E) No mais, requer que o deferimento dos pedidos para que haja uma justa competição entre os licitantes.

Nestes termos, pede deferimento.

Cabo Frio, 19 de novembro de 2024.

**ATIVA COMÉRCIO E ESTRUTURAS LTDA
ANDERSON BRAGANÇA DOS SANTOS
SÓCIO ADMINISTRADOR**

Ativa Comércio e Estruturas Ltda CNPJ

09.654.965/0001-72

End: Avenida Julia Kubitschek, nº 39, Sala 301, Cobertura, Edifício Riviera, Centro, Cabo Frio, RJ,
CEP 28.905-000

Tel.: (22) 99922-7013 – (21) 99744-7013 / e-mail: ativaestruturas@gmail.com